

SINDITAMARATY

Em Pauta

Saiba o que o SINDITAMARATY faz pelo servidor

Há seis anos nasceu o SINDITAMARATY – Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores –, criado em 14 de setembro de 2009, uma entidade de representação das quatro carreiras que compõem o Itamaraty: assistente de chancelaria, diplomata, oficial de chancelaria e PCC/PGPE. À frente da defesa dos interesses desses servidores, o Sindicato se empenha em promover melhores condições de trabalho, fiscalizar a aplicação de legislações e normas que impactem o dia a dia da categoria e combater o assédio moral.

Para conduzir a atuação sindical, a cada dois anos uma diretoria, conselho deliberativo e fiscal são eleitos pelos filiados. Os diretores e conselheiros são voluntários e possuem a responsabilidade de liderança. Contudo, sem a participação dos filiados a ação fica limitada. A colaboração de todos da categoria é essencial para

um sindicato forte e presente. Você pode contribuir comparecendo às mobilizações e assembleias, transmitidas ao vivo pela internet para os servidores nos escritórios regionais e no exterior. Outra forma de interagir com o Sindicato é se informando por meio das redes sociais e demais canais de participação.

A sindicalização é um direito seu e um verdadeiro exercício de cidadania. A atuação do SINDITAMARATY é

fundamental para valorização das carreiras do Ministério das Relações Exteriores. O filiado também tem acesso à assistência jurídica em questões trabalhistas e previdenciárias, desconto em convênio na área de saúde, lazer e educação, incluindo as melhores universidades de Brasília e cursos *online*. A adesão ao Sindicato por meio da filiação confere ainda ao servidor o direito de votar e ser votado nas eleições e assembleias deliberativas. ▲



Reenquadramento é pauta prioritária.
//pág. 3

Supervisor do Dieese no DF comenta reflexos da conjuntura econômica para servidores federais.
//pág. 4 e 5

Sem Padip, assistentes de chancelaria sofrem constrangimentos.
//pág. 6 - 7

No Congresso Nacional: SINDITAMARATY defende interesses da categoria.
//pág. 8

EXPEDIENTE


Informativo do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações (SINDITAMARATY)
Outubro/Novembro de 2015
Site
www.sinditamaraty.org.br
Telefone

(61) 3024-8872 / 2030-5050

Sede

Setor de Rádio e TV Sul 701, Bloco I, Edifício Palácio da Imprensa, 2º Andar, Salas 210 a 213, Brasília (DF), Brasil, 70340-000

Escritório de apoio

Esplanada dos Ministérios, Bloco H, anexo I, subsolo Brasília-DF - Cep: 70170-900.

Diretoria responsável

 Sandra Nepomuceno
 Presidente do SINDITAMARATY

Dilza Aguiar Galvão

Diretora financeira

Redação e edição

Adriana de Araújo

Artes

Hudson Ernandes

Projeto Gráfico

Duo Design

Fotos

Diogo Neris

Tiragem

2.000 exemplares

Bem-vindos ao primeiro SINDITAMARATY Em Pauta

Caros colegas,

É com muito orgulho que abro este meio de comunicação para os filiados do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (SINDITAMARATY), e todos aqueles que estão junto conosco nesta caminhada em defesa do Serviço Exterior Brasileiro.

O SINDITAMARATY Em Pauta foi pensado para informá-lo sobre as ações desta entidade em prol de melhores condições de trabalho para os servidores do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Em seis anos de atuação, o SINDITAMARATY tem se consolidado enquanto representante de todos servidores do MRE, posição fortalecida pela carta sindical, concedida em julho de

2014 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Nesta primeira edição, você vai saber um pouco mais sobre questões de seu interesse como o passaporte diplomático, reenquadramento de subsídios e o trabalho deste sindicato no Congresso Nacional. Na entrevista com o supervisor do Dieese, Max Leno, você acompanhará uma análise de como a conjuntura econômica tem refletido nas negociações coletivas de servidores públicos.

Junte-se a nós! ▲

SANDRA NEPOMUCENO

Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (SINDITAMARATY)



Reenquadramento é pauta prioritária para o SINDITAMARATY

Sem solução para essa demanda, categoria rejeitou proposta de reajuste do governo



O reenquadramento dos subsídios das carreiras do Serviço Exterior Brasileiro (SEB) é prioridade da pauta de negociação do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (SINDITAMARATY), em análise no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), desde abril. Sem solução dessa demanda, a categoria rejeitou, por meio de votação em assembleia, em setembro deste ano, o reajuste linear de 21,3%, parcelado em quatro anos, oferecido pelo governo federal.

“O reajuste linear aumenta o fosso entre carreiras. Precisamos construir um acordo que corrija as distorções perpetuadas ao

longo dos anos”, avalia a presidente do SINDITAMARATY, Sandra Nepomuceno.

Reconhecidas como carreiras típicas de estados, as três carreiras do SEB passaram a ser remuneradas por subsídios. Contudo, para oficiais e assistentes de chancelaria, não foram consideradas na composição do subsídio gratificações até então incorporadas à remuneração como a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável (VPNI) e Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

A pauta defendida pela entidade pretende restaurar a proximidade remuneratória, guardadas as peculiaridades dos cargos, para uma evolução conjunta das carreiras do Serviço Exterior Brasileiro,

reivindicação encampada inclusive pela Administração do Ministério das Relações Exteriores (MRE), conforme o Aviso Interministerial nº 5, de maio deste ano.

Para a presidente do SINDITAMARATY, a falta de solução para esta demanda que vem sendo protelada desde 2012 desmotiva os servidores e pode privar o órgão dos seus melhores talentos. Nos últimos dez anos, segundo Sandra, a evasão dos quadros do Itamaraty aproxima-se dos 40%. “Hoje um *Achan* é equiparado salarialmente a um servidor de nível fundamental de outras carreiras típicas de Estado; um *Ofchan*, a um de nível médio, e um diplomata, ao patamar inferior de salário dos servidores de nível superior”, explica. ▲

Supervisor do Dieese no DF comenta reflexos da conjuntura econômica na negociação dos servidores federais



Max Leno

Possui graduação e mestrado em economia pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Atualmente é supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) no DF.

Em entrevista ao SINDITAMARATY Em Pauta, o supervisor técnico do escritório regional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no Distrito Federal, Max Leno, comenta os reflexos da conjuntura econômica brasileira nas negociações entre o governo federal e os servidores públicos. Segundo Leno, embora os gastos com servidores sejam foco dos ajustes do governo federal, a comparação da despesa de pessoal com vários outros indicadores, como o Produto Interno Bruto (PIB) e os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal mostra que o valor gasto ainda está abaixo de anos anteriores.

SINDITAMARATY EM PAUTA // O Brasil passa por um momento de ajustes impopulares e corte de gastos do governo. Qual o reflexo da atual conjuntura econômica e política nas negociações dos servidores públicos?

Max Leno: No Dieese, temos um setor que procura detectar os desdobramentos das negociações salariais em nível nacional. Esse levantamento dá conta da situação no setor privado, mas já é uma sinalização importante de como as negociações estão vinculadas ao cenário macroeconômico. Considerando o primeiro semestre de 2015, percebemos que muitas categorias [cerca de 70%] obtiveram ganho real [aumento acima da inflação] em suas negociações, mas inferior aos anos 2013 e 2014. Para 2015, alguns órgãos já sinalizam que fecharemos o ano com uma retração do PIB superior a 2%. Diante desse contexto, a política econômica do governo federal, anunciada para a sociedade, principalmente a partir de janeiro deste ano, apontou para aumento da arrecadação de impostos e a revisão de despesas públicas. Política fiscal que teve rebatimento direto nas negociações dos servidores federais,

mas, também, dos estaduais e municipais. As negociações em nível federal foram iniciadas com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em março, e influenciadas pelos indicadores econômicos, que, no decorrer dos meses, ficaram cada vez mais negativos; isso acabou resultando num prazo mais elástico de negociação que se estendeu até agora e no adiantamento do reajuste para agosto de 2016.



SINDITAMARATY EM PAUTA // Os reajustes já concedidos aos servidores ficaram bastante aquém da inflação prevista para o período. Diversas categorias sequer fecharam acordo. É possível avançar nas negociações em um cenário tão desfavorável?

Max Leno: No caso do setor público federal, o governo propôs um acordo em quatro anos e, depois, acabou diminuindo para dois anos. Durante as negociações, a sinalização de que o ajuste fiscal se intensificaria contribuiu para que algumas carreiras assinassem o acordo coletivo com reajuste bem aquém dos 27,3%, pleiteados inicialmente. O governo, a partir dos termos de acordo assinado, trabalha com a perspectiva de que a expansão da despesa de pessoal será de 5,5%, em agosto de 2016, e de 5%, em janeiro de 2017. Já a inflação do período 2015/2016, segundo a última projeção do Boletim Focus do Banco Central, é estimada em 16,34%. Ou seja, o acordo foi fechado com perdas salariais. Para as

São mais de 270 tabelas, para mais de 400 cargos/carreiras. Por isso, tem-se, ainda, muita distorção entre as remunerações das carreiras federais.

entidades que ainda não assinaram acordo, a possibilidade de avanço vai depender, dentre outros fatores, da correlação de forças.

SINDITAMARATY EM PAUTA // Ou seja, da força de cada categoria?

Max Leno: Exatamente. Além do mais, nesse cenário, também cabe destacar a importância de se intensificar o debate em torno das demandas específicas de cada categoria. Por exemplo, no âmbito federal, a negociação salarial entre governo e servidores é feita com base em tabelas salariais. São mais de 270 tabelas, para mais de 400 cargos/carreiras. Por isso, tem-se, ainda, muita distorção entre as remunerações das carreiras federais. A criação de um plano precisa ser colocada na mesa de debate para que as discussões não se resumam apenas às tabelas salariais. Outra questão a que as entidades representantes dos servidores precisam estar atentas é com o processo de negociação propriamente dito. A regulamentação do processo negocial, por meio de parâmetros como a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma demanda sindical que precisa ser discutida com o governo federal.

SINDITAMARATY EM PAUTA // Como o serviço público e a sociedade são afetados pelos ajustes já anunciados pelo governo federal?

Max Leno: O corte de gastos com pessoal afetou diretamente a realização de concurso público e, conseqüentemente, isso tem impacto na prestação do serviço público. O quantitativo de servidores diminuiu bastante, principalmente entre 1988 e 2002, com a saída de muitos servidores motivados, principalmente, pela reforma da previdência. A partir de então, houve um aumento do quantitativo, mas ainda insuficiente ao considerar o crescimento da população e da demanda da sociedade. Os governantes municipais, estaduais ou federais devem ser capazes de, usando o orçamento como instrumento, promover as condições necessárias para que os servidores possam desempenhar ainda melhor suas atividades.

SINDITAMARATY EM PAUTA // Os gastos, principalmente federais, com a máquina pública são altos?

Max Leno: Embora os gastos com servidores estejam no foco dos ajustes do governo federal, se compararmos a despesa de pessoal com vários outros indicadores, como o Produto Interno Bruto (PIB), a relação percentual com os limites de responsabilidade fiscal ou mesmo com os gastos totais do governo federal, veremos que não houve aumento significativo dessa despesa. Desde 2006, o gasto do governo federal, com servidores, tem se mantido em torno de 4% em relação ao PIB. Em 1995, gastava-se 56% com despesa de pessoal em relação à receita corrente líquida. Atualmente, esse percentual é de 35%, sendo o limite 50%. Nominalmente (em dinheiro), a despesa cresceu porque aumentou o número de servidores e os salários foram reajustados, mas a comparação com esses indicadores mostram que, em percentuais, não houve crescimento. ▲



Casa de ferreiro espeto de pau

*Falta de passaporte diplomático causa
constrangimentos a assistentes de chancelaria*

Acusada de falsificar documentos e de tentar imigrar ilegalmente para as Bahamas, Jana Niemeyer Wolgamott foi detida durante horas por autoridades migratórias daquele país que não reconheciam o passaporte oficial apresentado pela brasileira. “A sala era pequena e tinha um colchão no chão sinalizando que não seria uma breve explicação”, relembra Jana.



Suellen Paz explica que o Itamaraty ultimamente tem concedido o PAPIP a assistentes de chancelaria em missão permanente em postos difíceis

Ao desembarcar em Nova York, em 2010, Gláucio Nascimento teve que responder um interrogatório de cerca de 40 minutos. “Fizeram perguntas sobre meu passaporte, minha função e se eu tinha alguma conexão com terroristas”.

Jana e Gláucio são servidores do Itamaraty. Ela chegava às Bahamas para ajudar na instalação da Embaixada em Nassau, no ano de 2007, na sua primeira missão como assistente de chancelaria. Só foi liberada após intervenção do embaixador brasileiro no país. Já Gláucio retornava aos EUA, onde trabalhava no Consulado-Geral Brasileiro. Apesar de alvo da desconfiança do serviço de imigração norte-americano, acabou liberado após responder a algumas perguntas.

Nos dois casos, o passaporte oficial concedido pelo governo

brasileiro não era o adequado à atividade diplomática. Infelizmente, o constrangimento a que Jana e Gláucio foram submetidos representa apenas dois dos muitos casos relatados por assistentes de chancelaria que não têm o passaporte diplomático (Padip). Hoje, o documento é concedido automaticamente pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) às carreiras de diplomata e oficial de chancelaria e de modo discricionário a assistentes de chancelaria.

Os relatos enviados ao Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (SINDITAMARATY) incluem retenção no serviço de imigração, proibição de embarcar, impossibilidade de acessar benefícios concedidos por alguns países a membros do corpo diplomático estrangeiros, como a isenção para emissão de vistos e de impostos, além da aplicação de reciprocidades na área de saúde e educação.

“Sem Padip, enfrentamos o constrangimento de tentar provar que fazemos parte do Serviço Exterior Brasileiro, uma vez que ele é o documento adequado pra quem está designado em missão diplomática pelo governo brasileiro”, destaca o assistente de chancelaria Heber Filipe da Mata Borba.

Em junho deste ano, o Sindicato protocolou requerimento direcionado ao ministro das Relações

“A Lei determina, de forma expressa, que o passaporte diplomático seja expedido a todos os servidores do Serviço Exterior Brasileiro, sem qualquer distinção de cargos”,

Ana Carolina Malta, do escritório Costa e Couto Advogados.

Exteriores, Mauro Vieira, pedindo a concessão do passaporte diplomático para 63 servidores e seus familiares. Também foram enviados ao Ministério relatos dos assistentes de chancelaria sobre constrangimentos sofridos em razão da falta do documento. Até o momento, não houve resposta do Itamaraty.

De forma discricionária, o MRE concede o passaporte a assistentes que sejam designados para postos adversos que justifiquem a necessidade de uma proteção adicional. O SINDITAMARATY defende a concessão automática a todas carreiras do Serviço Exterior Brasileiro. A assistente de chancelaria e presidente do conselho deliberativo do Sindicato, Suellen Paz, conta que detém o Padip por ter atuado, até agosto deste ano, na embaixada de Abu Dhabi, no Oriente Médio.

// PADIP NA JUSTIÇA

Segundo a advogada Ana Carolina Malta, do escritório Costa e Couto Advogados, o Itamaraty baseia-se no Decreto nº 5.978/2006, que foi revogado pela Lei nº 11.440/2006. “A Lei determina, de forma expressa, que o passaporte diplomático seja expedido a todos os servidores do Serviço Exterior Brasileiro, sem qualquer distinção de cargos”, afirma a advogada.

Sem avanços em âmbito administrativo, o SINDITAMARATY recorreu à Justiça. A ação coletiva movida para o reconhecimento do direito de todos os assistentes de chancelaria ao passaporte diplomático aguarda julgamento na 21ª Vara da Justiça Federal, em Brasília.

“O passaporte diplomático é um instrumento de trabalho de todos os servidores do MRE, constituindo prerrogativa para o exercício pleno e eficiente do cargo”, justifica a advogada. “Não há qualquer característica funcional que autorize o tratamento diferenciado aos oficiais de chancelaria e diplomatas em detrimento dos assistentes de chancelaria”, complementa. ▲

SINDITAMARATY propõe mudanças em PL que limita o teto remuneratório

A aprovação do projeto, conforme proposto, inviabilizaria a presença de servidores nas representações brasileiras no exterior

Com intuito de preservar verbas indenizatórias recebidas por servidores públicos no exterior, o Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (SINDITAMARATY), em conjunto com as associações que representam servidores do quadro permanente do Itamaraty, tem buscado obter o apoio de parlamentares para aprovar, no Congresso Nacional, duas emendas apresentadas ao Projeto de Lei (PL) nº 3.123/2015, que visa disciplinar o limite máximo remuneratório mensal (“abate-teto”) de agentes políticos e públicos. De interesse da categoria, as emendas nºs 1 e 6 são, respectivamente, de autoria dos deputados

Otávio Leite (PSDB-RJ) e Jô Moraes (PCdoB-MG).

Ao determinar a base de cálculo do teto constitucional, o projeto lista as verbas indenizatórias excluídas da soma final do limite remuneratório. O SINDITAMARATY defende que também constem nesse rol a Indenização de Representação no Exterior (IREX), o auxílio-familiar, ambas previstas na Lei nº 5.809/1972, e a residência funcional, conhecida como auxílio-moradia no exterior.

Para a presidente do SINDITAMARATY, Sandra Nepomuceno, a aprovação do Projeto de Lei, conforme proposto pelo Executivo, pode inviabilizar a permanência dos profissionais em embaixadas, consulados e adidâncias, pois eles perderiam parte ou, até mesmo, o valor integral dos benefícios. A proposta afetaria também o serviço prestado aos brasileiros no exterior com consequências para a segurança e política externa brasileira.

“Os servidores em missões de média e longa duração no exterior vivem uma realidade muito distinta da brasileira, com moeda e custo de vida diferente. É preciso evitar que essas verbas de indenização entrem para o cálculo do teto remuneratório, pois elas, além de não serem incorporadas ao subsídio no Brasil, destinam-se a compensar os custos e obrigações inerentes à missão no exterior e as distorções causadas pelas diferentes

condições socioeconômicas dos países onde o Brasil mantém representações”, explicou.

O SINDITAMARATY acompanha diariamente a movimentação do Projeto de Lei, que tramita em caráter de urgência na Câmara dos Deputados e tem se reunido com parlamentares para angariar apoio às alterações propostas ao PL. Nesses encontros, o Sindicato tem esclarecido que a inclusão dessas parcelas indenizatórias no rol de benefícios excluídos do cálculo do abate-teto não gera impacto orçamentário, uma vez que apenas reflete a prática corrente e garante o direito dos servidores. “A IREX e o auxílio-familiar vêm sendo pagos de modo ininterrupto há mais de 40 anos, desde a edição da Lei nº 5.809, de 1972”, explica Sandra. ▲

“Os servidores em missões de média e longa duração no exterior vivem uma realidade muito distinta da brasileira, com moeda e custo de vida diferente. É preciso evitar que essas verbas de indenização entrem para o cálculo do teto remuneratório”.

Sandra Nepomuceno



FOTO: GUSTAVO LIMA

SINDITAMARATY defende interesse dos servidores do MRE no Congresso Nacional

ACESSE NOSSO INFORMATIVO EM SUA
VERSÃO ONLINE PELO ISSUU.

▲ issuu.com/sinditamaraty ▲